



# PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 099

**A DIALÉTICA DA MATUTICE E DA CIVILIDADE:  
UMA LEITURA CRÍTICA DOS ROMANCES DE INGLÊS DE SOUZA**

**Marcus Vinnícius Cavalcante Leite**

**Belém, Agosto de 1998**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Cristovam Wanderley Picanço Diniz

### **Vice-reitor**

Telma de Carvalho Lobo

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Edna Maria Ramos de Castro

### **Diretor Adjunto**

Marília Emmi

## **Conselho editorial do NAEA**

Armin Mathis

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Indio Campos

Marília Emmi

## **Sector de Editoração**

E-mail: [editora\\_naea@ufpa.br](mailto:editora_naea@ufpa.br)

Papers do NAEA: [Papers\\_naea@ufpa.br](mailto:Papers_naea@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 099

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# A DIALÉTICA DA *MATUTICE* E DA *CIVILIDADE*: UMA LEITURA CRÍTICA DOS ROMANCES DE INGLÊS DE SOUSA

---

*Marcus Vinnicius Cavalcante Leite*

## **Resumo:**

O presente trabalho pretende fazer uma leitura crítica de dois romances de Herculano Marcos Inglês de Sousa (1853-1918): *O Cacaulista* (1876) e *O Coronel Sangrado* (1877). A obra literária de Inglês de Sousa é formada de quatro romances e um livro de contos. Os seus três primeiros formam o ciclo chamado de *Cenas da vida do Amazonas* que inclui, além dos citados acima, *História de um Pescador*, publicados entre 1876 a 77. O seu outro romance, *O Missionário*, publicado em 1891, foi que lhe deu notoriedade na história da literatura brasileira, principalmente após sua segunda edição em 1899, com prefácio do crítico Araripe Junior. O seu último livro foi *Contos Amazônicos*, publicado em 1893. A obra inteira de Inglês de Sousa tem como referência na sua narração a Amazônia, especificamente a região do “Baixo-Amazonas” como ele a denomina, na segunda metade do século XIX. É importante que se ressalve que não é um trabalho de crítica literária stricto sensu. Pretende ser um trabalho de historiografia. Contudo, a um pensamento mais apressado, não se pretende estudar os romances como pretexto de apresentar o seu tempo. O modelo interpretativo do nosso trabalho se baseia nos estudos dos críticos literários Antonio Candido e Roberto Schwarz, os quais nos fornecem uma compreensão sobre a relação entre literatura, sociedade e história.

**Palavras-chave:** Inglês de Sousa. Literatura. História.

## Introdução

O presente trabalho pretende fazer uma leitura *crítica* de dois romances de Herculano Marcos Inglês de Sousa (1853-1918): *O Cacauleta* (1876) e *O Coronel Sangrado* (1877)<sup>1</sup>. A obra literária de Inglês de Sousa é formada de quatro romances e um livro de contos. Os seus três primeiros romances formam o ciclo chamado de *Cenas da vida do Amazonas* que inclui, além dos citados acima, *História de um pescador*, publicados entre 1876 a 77. O seu outro romance, *O Missionário*, publicado em 1891, foi que lhe deu notoriedade na história da literatura brasileira, principalmente após sua 2a. edição em 1899, com o prefácio do crítico Araripe Junior. O seu último livro foi *Contos amazônicos*, publicado em 1893. A obra inteira de Inglês de Sousa tem como referência na sua narração a Amazônia, especificamente a região do “Baixo-Amazonas” como ele a denomina, na segunda metade do século XIX

É importante que se ressalve que não é um trabalho de crítica literária *stricto sensu*. Pretende ser um trabalho de *historiografia*. Contudo, a um pensamento mais apressado, não se pretende estudar os romances como pretexto de apresentar o seu tempo. O modelo interpretativo do nosso trabalho se baseia nos estudos dos críticos literários Antonio Candido e Roberto Schwarz, os quais nos fornecem uma compreensão sobre a relação entre literatura, sociedade e história. Vejamos em detalhe este estudos.

No trabalho de Roberto Schwarz tem-se como procedimento de crítica literária a percepção da forma e a lógica da forma do produto artístico, identificada no “depoimento da forma” a sua historicidade. Sua interpretação deste ‘depoimento’ não é explicá-lo por sua situação ou condição de classe de onde foi produzido, mas de acompanhá-lo do jeito que ele está apresentado na forma. Comentando o seu estudo sobre Machado de Assis, *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*<sup>2</sup>, Roberto Schwarz observa que ele não é um grande escritor porque fala da *vanitas*, porque cita o *Eclesiastes* e o *Elogio da Loucura*, mas porque coloca-os dentro de uma forma que expõe a sua situação social, qual seja, uma sociedade ao mesmo tempo escravista e burguesa. Esta situação se expressa na forma artística. Esta ‘expressão’ não é tão óbvia, requer caracterização que é efetivada pelo intérprete. “O dispositivo literário capta e dramatiza a estrutura do país, transformada em regra da escrita” (Schwarz, 1991b, p.11).

---

<sup>1</sup> Este ensaio é o resumo de minha monografia de conclusão do Curso de Especialização História e Cidade, que tem o mesmo título, defendida em 11/07/96 sob a orientação da profa. Dra. Rosa Acevedo Marin, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-UFPA.

<sup>2</sup> O livro de Schwarz foi objeto de um debate promovido pelo CEBRAP e publicado em sua revista. Neste debate, Schwarz reafirma a afinidade de seu trabalho sobre Machado de Assis com o de Baudelaire empreendido por Benjamin, mais do que a paródia do título de seu livro como o título do projeto de livro de Benjamin. Ele coloca, em Machado de Assis, um Debate, p.63, que o *modus operandi* de Baudelaire é o mesmo de Machado de Assis, qual seja, no lugar de expor na sua produção artística uma reflexão sincera, de um ‘eu’ próprio - seja o lirismo simbolista em Baudelaire, seja o romance realista em Machado de Assis - tem-se um ‘exercício de formulação abjeta’ de sua época.

Este procedimento faz parte de uma tradição de estudos literários, que tem como prógono Antonio Candido. No Prefácio à 2ª edição de *Formação da literatura brasileira* (1975a), Antonio Candido comenta o seu método, histórico e estético ao mesmo tempo, e mostra que “certos elementos da formação nacional (dado histórico-social) levam o escritor a escolher e tratar de maneira determinada alguns temas literários (dados estéticos)” (1975a, v.1, p.16). Então, a tarefa do crítico é expor este movimento entre o geral (realidade histórica) e o particular (forma estética). O produto artístico é o equilíbrio deste movimento, a ‘tensão dos opostos’. Roberto Schwarz explicita este método dialético do crítico ao analisar o seu primeiro estudo literário propriamente dialético, que é “Dialética da Malandragem” de Candido - um estudo sobre o romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, publicado em 1970.<sup>3</sup>

O objetivo de uma análise histórica, afirma Candido (1993, p.32), que se utiliza de obra literária é decompor a “função exercida pela realidade social historicamente localizada para constituir a estrutura da obra”. Em outras palavras, é expor a “redução estrutural dos dados externos” (Candido, 1993, p.33). É incorreto aquele método que reduz, afirma Candido (1975a, v.1, p.30), a literatura ao episódio de investigação sobre a sociedade, ao tomar indevidamente as obras como meros documentos, sintomas da realidade social.

Se entendemos a obra como uma realidade autônoma, cujo valor está na fórmula que obteve para plasmar elementos não-literários, então a sua importância quase nunca é devida à circunstância de exprimir um aspecto da realidade social; mas sim “à maneira por que o faz” (Candido, 1975a, v.1, p.34). Um texto literário não anula os elementos extra-literários quando os transfigura. O texto sendo um *resultado*, afirma Candido (1975a, v.1, p.35), só pode ganhar com o conhecimento da realidade que lhe serve de base à sua realidade própria. Portanto, uma análise histórica de uma obra literária deve buscar os pressupostos de feitura que ordenam a camada superficial dos dados (elementos de composição). Estes não devem ser encarados como informes proporcionados pelo autor.

A obra literária expressa a realidade quando deixa de reproduzi-la como se fosse um documento. A realidade ou o real (experiência histórica) participa da constituição da obra através do seu *entrecho*, de modo que não se perceba que “o autor esteja informando ou desviando a nossa atenção para um traço da sociedade” (Cândido, 1993, p.34). Estes traços e informações não devem ser para o nosso trabalho o objeto de estudo; pelo contrário é a inserção destes no fluxo da narração (enredo, personagens e ambiência) que os organizando de modo integrado torna-os o fundamento de nossa análise. Aquilo que Candido chama de “coerência interna”. Esta é definida por Candido (1975a, v.1, p.38) como uma integração orgânica dos diferentes elementos e fatores perfazendo um conjunto, cuja descoberta explica a obra como ‘fórmula’, obtida pela elaboração do escritor. A coerência é em parte descoberta pelo processo analítico e em parte inventada pelo crítico. Isso ocorre através de sua intuição e da investigação de um traçado explicativo.

A tarefa do escritor, esclarece Candido (1967, p.206), é construir um sistema arbitrário de objetos, atos e sentimentos, ficcionalmente, conforme um princípio organizador adequado à situação literária dada, que mantém a estrutura da obra. Já no artigo “A passagem do dois ao três”, Antonio

---

<sup>3</sup> Schwarz dissecou esta crítica dialética de Candido no seu rigoroso ensaio “Pressuposto; Salvo Engano de ‘Dialética da Malandragem’”, de 1979.

Candido (1974a, p.793) pergunta como traduzir em termos adequados a presença das mediações sociais e econômicas encarnadas na própria atuação dos personagens e, sobretudo, no encaminhamento geral da narrativa. Desenrolemos este novelo.

Schwarz (1989) entende o procedimento de Candido no seguinte sentido: o crítico constrói teoricamente o processo histórico, o qual se refere a obra literária, extraíndo um *princípio de generalização*, que também é constitutivo dela. Contudo, este se apresenta na obra através de *princípios mediadores*. Portanto, os significados de um texto se encontram na sua *estrutura* de relações e de tensões vistas a partir de elementos mediadores, nos quais estão plasmados os “fatores externos” do texto, organizados a partir do princípio de generalidade. O pressuposto deste procedimento é: a forma literária “incorpora” elementos (princípios mediadores) do processo social, na medida em que aquela participa do movimento de totalidade (princípio de generalidade) deste. Em outras palavras, um mundo imaginário (obra) construído segundo a lógica (nexo real) de um aspecto real X (grupo do processo social), que é um momento e lugar determinado da totalidade social. Se as conexões de literatura e sociedade são um assunto antigo, a articulação de sua estrutura não é. Ela constitui um objeto teórico novo, com vistas novas, finaliza Schwarz (1989, p.143).

Acreditamos pela exposição acima, que a literatura não é história, ou melhor, não é um documento histórico, e muito menos é produzida por um escritor na intencionalidade de sê-lo. Ela é um escritura autônoma, mas social. Isto é, não tem nenhuma obrigação de representar o real, mesmo que parta dele ou para além dele. Enquanto uma certa historiografia está preocupada em ‘bem’ representar este real, sempre a partir de uma farta comprovação, de preferência documental, a ‘boa’ literatura está empenhada na construção do seu efeito artístico, através de imagens. Hoje, é sabido que tanto o literato, quanto o historiador são narradores. Porém, dizem que a experiência histórica se plasma diferentemente em cada uma das narrativas. Entendemos que a questão não está em dizer que uma ou outra plasma melhor esta experiência, mas saber como melhor construí-la.

Entretanto, a construção de uma ‘escrita da história’ pode se servir das obras literárias. Nas palavras do filósofo e crítico literário alemão Walter Benjamin (1993, p.41; 1972, p.290)<sup>4</sup> a literatura é “*órganon* da história”, mas ressalva que não devemos “fazer da literatura o campo material [*Stoffgebiet*] da historiografia”. A obra literária é um instrumento entre outros que pode contribuir na construção da história. A sua contribuição está na possibilidade de extrair da estrutura da obra, como propõem Schwarz e Candido, a experiência histórica (mas, sem ‘mediações’ necessariamente). Contudo, é importante que tenhamos o maior número de informações sobre a ‘série’ do real e do ficcional.

Isso não será suficiente se não construirmos um modelo interpretativo que permita ordenar e *explicar* tanto o real, quanto a ficção. Este ‘modelo’ é denominado por Candido e Schwarz de ‘princípio de generalidade’. Ele nos dá a inteligibilidade àquelas ‘séries’. A construção deste ‘princípio’ no nosso trabalho requererá, primeiramente, um estudo sobre a questão da representação do campo e da cidade na literatura. Posteriormente, apresentaremos o instrumento conceitual que o justifica. A construção deste instrumental nos permite ‘revelar’ o ‘sentido misterioso’ dos dois

---

<sup>4</sup> Quando divergimos da tradução que estamos trabalhando, citaremos em seguida a referência do original.

romances de Inglês de Sousa, que se encontra no ‘princípio de generalidade’ da dialética da *matutice* e da *civilidade*. E, por fim, a leitura crítica dos romances.

### **A representação literária do campo e da cidade**

É conhecida a ‘fórmula’ de Marx e Engels (1991, p.29), na *Ideologia Alemã*, sobre o poder da divisão social do trabalho para separar a cidade e o campo criando uma oposição nos seus interesses. Mas como foi que a sociedade humana expressou *literariamente* esta história que se “resume na dinâmica dessa antítese” (Marx, 1984, p.404)?

Raymond Williams, famoso marxista e *scholar* inglês, inicia o seu livro *O campo e a cidade* evidenciando para a história das sociedades humanas o que representam as palavras “campo” e “cidade”. A primeira está ligada aos valores de extração da sobrevivência. A segunda é o campo das realizações: de saber, de comunicações, de energia etc. Ao campo passa-se a associar valores como: paz, inocência, virtude, etc. Contudo, agrega-se àquelas palavras valores negativos, argumenta Williams (1990, p.11). O campo é visto como lugar de atraso, ignorância e limitação, a cidade é considerada como um lugar de barulho, mundanidade e ambição.<sup>5</sup> A materialização destes valores em imagens está associada às transformações decisivas nas relações entre campo e cidade que ocorreram na Inglaterra muito cedo, num grau acentuado, que não encontram - sobre certos aspectos - paralelo na história mundial (Williams, 1990, p.12). A literatura é uma ótima ‘fonte’ para investigar as mudanças de valores decorrente destas transformações, mas não buscando a veracidade histórica, e sim a *perspectiva histórica* - sustenta o crítico marxista (1990, p.23). Ou seja, descrevê-la e analisá-la a partir de sua conexão com a experiência histórica da qual surge.

Williams (1990, p.69), no decorrer de seu estudo, nos esclarece melhor sobre o contraste entre campo e cidade. A idéia de uma “inocência rural”, muito presente na literatura rural inglesa, tem sua chave interpretativa na oposição entre, “de um lado, o campo e, de outro, a cidade e a corte”. Quer dizer, natureza versus mundanidade. Contudo, este contraste é retórico. Isto é, “uma separação ideológica” (Idem). Reportando-se às causas sócio-econômicas do crescimento das cidades pós-medieval, Williams (1990, p.71) demonstra que a maioria das cidades se desenvolveram como um aspecto da ordem agrícola, seja como mercados, seja como centros de finança, administração e produção secundária. As cidades, entre elas a capital, estão funcionalmente ligadas à propriedade da terra e a sua produção. Por isso, ao vermos as contraposições entre virtude rural e ganância urbana, não podemos nos esquecer a existência dos “vínculos regulares, necessários e funcionais entre as ordens sociais e morais que eram contrastadas” - constata o *scholar* inglês (1990, p.72). Dito de outro modo, a imagem da cidade pervertida é decorrente da necessidade gerada pela classe dominante rural. Destarte, a literatura rural possui um caráter fetichista: “promover comparações superficiais e impedir comparações reais” (Williams, 1990, p.79).

Entretanto, no segundo quartel do Setecentos, o ‘mundo rural’ sofre um decisivo revés das forças capitalistas, que se gestavam naquela relação anterior, ligadas ao capital mercantil. Este revés se

---

<sup>5</sup> Uma avaliação negativa do campo em relação à cidade é expressão por Marx e Engels (1982, p.111), no Manifesto Comunista, que ao falarem do caráter progressista da ordem burguesa, afirmam que ela “submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, [...] e deste modo arrancou uma parte significativa da população à idiotice da vida rural” (grifo nosso).

origina da campanha de cercamento das terras comunais promovida pelo Parlamento que leva a um reordenamento dos valores, na medida em que a classe dominante rural deixa de ver em sua propriedade uma herança que lhe gera um determinada renda, para vê-la como uma oportunidade de investimento. Esta nova situação é chamada por Williams (1990, p.89) de “ideologia do melhoramento”, principalmente de organização da terra. Por conseguinte, no final do século XVIII a sociedade inglesa já se encontrava totalmente subordinada à uma ordem capitalista. A literatura não fica insensível a essas mudanças de valores. É na forma romanesca que se expressa melhor esta nova situação, na medida em que melhor apresenta os temas de amor e de matrimônio; questão de grande importância para um sociedade dominada pela propriedade fundiária.

É claro que a riqueza do assunto, exposto por Williams, encontra o seu *locus* privilegiado na literatura inglesa, “que é talvez mais rica do que qualquer outra em termos da gama de temas referentes ao campo e à cidade” (1990, p.390). A sociedade inglesa passou pela primeira vez pelo desenvolvimento clássico do capitalismo completo, o que lhe permitiu tornar-se exemplar para o mundo ocidental. Porém, este desenvolvimento não deve ser encarado como homogêneo para todos os países, principalmente aqueles que na sua história sofreram processo de colonização, como é o caso do Brasil que na interpretação do historiador Sergio Buarque de Holanda (1995, p.49), não se constituía a rigor uma civilização tipicamente agrícola; mas uma “produção de índole semicapitalista, orientada sobretudo para o consumo externo”.

A expressão da literatura no período colonial brasileiro estava restrita às obras de catequização dos jesuítas e à poesia satírica de Gregório de Matos. Todavia, estas obras reproduziam não só os instrumentos expressivos, como também os modelos literários da ‘metrópole’ portuguesa. É somente na segunda metade dos Setecentos que surge uma consciência literária nacional. Ela se iniciou com os poetas arcádios, entre eles, Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), talvez o mais expressivo. Costa em sua obra poética expressa um certo contraste entre sua experiência de habitante das Minas Gerais com a forma clássica. Esta tensão se manifesta naquilo que Antonio Candido chama de “imaginação de pedra”, isto é, ele tenta exprimir àquela forma o cenário rochoso da terra natal. E ao “modo dos caipiras, procura disfarçar as marcas de origem os traços aprendidos na cidade” (Candido, 1975a, v.1, p.88). Esta ‘tensão’ é identificada por Antonio Candido em outro ensaio (1967, p.129), como um signo da contradição e da ambigüidade da experiência cultural brasileira, a qual “se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo”, característica não observada na literatura inglesa. Essa ‘dialética’ se realiza numa integração progressiva, “por meio da tensão entre o dado local (que se apresenta como substância da expressão) e os moldes herdados da tradição européia (que se apresentam como forma da expressão)”, assevera Candido (1967, p.130)<sup>6</sup>.

É o romance a forma literária por excelência da apresentação da problemática da relação campo e cidade na literatura brasileira, como também na literatura inglesa, supra citada. Um dos seus primeiros artífices foi Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), que criou vários romances de costumes que tinham o Rio de Janeiro como cenário de suas tramas. Entre eles se destacam A

---

<sup>6</sup> Candido (1989b, p.18) diz, no trabalho “Movimento e parada”, que os poetas brasileiros dos Setecentos apontam em suas obras a “ambígua dialética dentro da mentalidade colonizadora [...] sob o aspecto de confronto das duas ordens culturais opostas: a européia e a americana (ou a civilidade e a primitiva)”.

*Moreninha* (1844) e *Rosa* (1849). Neste último romance retrata os diferentes modos de ser entre dois irmãos ricos, um possuidor da fineza citadina e outro da franqueza rude da 'roça' (Queiroz, 1979, p.169). Um outro tema é posição da mulher na sociedade oitocentista, considerada como "um dos principais transmissores de propriedade, um meio de obter fortuna ou qualificação" (Candido, 1975a, v.2, p.139). Outro grande escritor foi José de Alencar (1829-1877), que inaugurou na prosa o nacionalismo literário brasileiro. Este constituía-se em escrever sobre coisas locais: a descrição de lugares, cenas, fatos e costumes do Brasil (Candido, 1975a, v.2, p.112). A sua prioridade é a representação do espaço em que se desenvolve a narrativa: cidade, campo e selva. Alencar passou pelas três representações pois a problemática do campo-cidade sempre esteve presente em seus romances. Para Alencar o romance rural "encontra-se ainda em sua pureza original [a mentalidade rural], sem mesclar, esse viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com um saineiro [*sic*] todo brasileiro". Porém, continua o escritor, o mesmo não acontecia com os romances urbanos, pois estes se originaram "desta luta entre o espírito conterrâneo e a invasão estrangeira" (Queiroz, 1978, p.297). Vemos aqui a questão sobre a oposição entre cultura citadina importada e a cultura interiorana tradicional<sup>7</sup>.

Esta questão foi estudada pela socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz. Ela afirma que não houve no período colonial brasileiro até meados dos Oitocentos uma diferenciação essencial entre campo e cidade. Viviam-se um ritmo de vida que oscilava entre períodos sucessivos entre a dispersão pelas propriedades rurais e, a concentração nas cidades nas festas religiosas. O primeiro impacto de uma diferenciação foi a instalação da família real no Rio de Janeiro, que amplia a estrutura burocrática e cria o prestígio aureolado da Corte. É a partir deste momento e no decorrer do século XIX, que a sociedade brasileira começa a sofrer mudanças no seu ritmo de vida. Enquanto as cidades passam a ser residências fixas, o campo se transforma em lugar de vilegiatura - mas ainda o local da produção social.

O processo de urbanização brasileira no século XIX não está ligado "intimamente à industrialização, e sim a difusão cultural de um gênero de vida, o gênero de vida burguês ocidental que é eminentemente citadino" (Queiroz, 1979, p.168). As cidades brasileiras que se enriqueceram com a exportação de produtos tropicais passam a consumir bens e serviços provenientes dos centros europeus, buscando entrar no círculo da civilização européia. A ligação estreita da vida citadina no Brasil à produção da riqueza no campo gera uma dependência daquela a este e, quando a produção declina teremos uma aproximação da vida social entre a cidade e o campo, atesta Queiroz (1979, p.170).

A partir da análise de Pereira de Queiroz, depreende-se que no Brasil dos Oitocentos ocorre uma urbanização desligada de um processo de industrialização resultante do descompasso entre a

---

<sup>7</sup> Uma outra opinião que atesta esta oposição na literatura oitocentista é de Antonio Candido (1964) ao analisar a obra de Eça de Queirós. Ele considerou-a com um diálogo entre o campo e a cidade. Pois a obra de Eça imprime com ironia e sarcasmo a impotência da sociedade portuguesa dos Oitocentos de superar as oposições históricas, entre o estilo agrário, aldeão e o sentido moderno, urbano. A resolução desta oposição permitiria a superação da vida rural como cultura (embora não como atividade econômica) e instalando a primazia da civilização. (Candido, 1964, p.35). Esta não era outra, senão a civilização capitalista da França e da Inglaterra.

produção econômica, assentada no setor agro-exportador, e o modo de vida cidadão eminentemente burguês. Se no período anterior existia uma mentalidade ‘ruralista’ que correspondia as relações de produção escravista, agora com o processo de difusão de bens culturais europeus no Brasil ocorre uma oposição entre cultura cidadina e interiorana. Enquanto a primeira participa da produção cultural burguesa, seja inglesa, seja francesa; a última continua enraizada na tradição lusitana, que ulterior formaria a nossa cultura popular presente, tanto no meio rural, como na população periférica das cidades. O Brasil da segunda metade do século XIX possuía uma estrutura produtiva impulsionada pela produção agrária e no campo da cultura representações que participavam do modo de vida burguês. Retomemos a exposição das obras literárias brasileiras que expressão esta questão.

A problemática da cidade-campo na literatura brasileira vai tomar um novo rumo com o romance regionalista, que teve como fundador Franklin Távora (1842-1888). Um exemplo é o seu romance *Um Casamento no Arrabalde* (1869) que se desenrola na periferia de Recife. A marca da literatura regional é, nos informa Candido (1975a, v.2, p.300), o contato da ficção com a realidade que se funda na experiência direta da *paisagem*, a qual o escritor deve conhecer e descrever precisamente. Ou como diz F. Távora sobre a tarefa do romancista, na suas *Cartas a Cincinato* (1870): “[...] tudo transmite com uma exatidão daguerreotípica”. (*apud Idem*).<sup>8</sup> Uma outra perspectiva de literatura regional, é dada pela obra de Inglês de Sousa, que incorpora a Amazônia como ‘palco’ nos seus romances. Com isso, nos permite empreender um estudo mais detido sobre a relação campo-cidade nesta região<sup>9</sup>.

Nos romances *O Cacaulista* (1876) e *O Coronel Sangrado* (1877), objetos do presente trabalho, Inglês Sousa monta dois ‘cenários’, nos quais as personagens tecem suas ações. Estes são o Paraná-mirim de cima, local das fazendas de cacau e de gado, e a cidade de Óbidos. Eles configuram o ‘espaço social’ do interior. Porém, há um segundo ‘espaço social’<sup>10</sup>. Ele não é descrito no texto, mas é constantemente enunciado, aludido pelas personagens como fonte de grande prestígio. A saber: a “capital do Pará”, Belém.

### **As imagens da ‘capital do Pará’**

Como é sabido os viajantes que estiveram em Belém deixaram várias *imagens* em seus relatos. Eles com seus ‘olhos de estrangeiros’ materializaram em palavras aquilo que a cidade lhes mostrava. Achar palavras para as coisas que se encontra defronte dos olhos não é fácil. Porém, assevera Benjamin (s.d., p.203) “quando elas chegam, batem contra o real com pequenos martelinhos até que,

---

<sup>8</sup> A *Cartas a Cincinato* compendiarão, de certo modo, a experiência de *Um Casamento no Arrabalde* (Candido, 1975a, v.2, p.388).

<sup>9</sup> Mesmo concordando com a crítica de Bolle (1994/95, p.80) sobre a acomodação da história da literatura brasileira em aceitar como um cânone ‘natural’ “a separação entre literatura urbana e literatura rural ou regionalista”, principalmente tratando-se de *Grandes Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, no presente trabalho manteremos a conceitualização de ‘literatura regional’. Assumimos a definição de Candido (1989b, p.157s), no texto “Literatura e Subdesenvolvimento”, sobre a ficção regional, a qual busca retratar e incorporar certas áreas remotas do país para a literatura nacional. A este período da literatura regional, Candido (*Idem*, p.158) chamou de “fase de consciência do país novo”, que se inicia 1870 até 1930, quando inicia o outro período, a “fase de consciência do subdesenvolvimento”.

<sup>10</sup> Entendemos ‘espaço social’ a partir da compreensão de Pierre Bourdieu (1989), ou seja um mundo de relações sociais no qual os agentes montam estratégias de distinção no reconhecimento de sua identidade.

como de uma chapa de cobre, dele tenham extraído [amoldado] a imagem”. Podemos tirar duas idéias deste comentário para o nosso trabalho de extração de imagens dos relatos dos viajantes. A primeira, mais óbvia, diz que devemos compreender os relatos deles, principalmente de Belém, como pré-formados na suas próprias culturas - quase sempre etnocêntricas. A segunda idéia, que de certa forma é conseqüência da primeira, diz-nos que os relatos dos viajantes se conformam em experiência coletivas. Pois são resultado da dialética entre o próximo e o distante, que é gerado pelo confronto da realidade amazônica em contato com a cultura dos viajantes. Além do que, os nossos viajantes pertencem a família dos narradores, como diz um ditado popular: “Quando alguém faz uma viagem, então tem alguma coisa para contar” - citado por Walter Benjamin (1983, p.58). Um dos arquétipos de narrador é o *viajante*; pois o povo tem razão ao imaginar “o narrador com alguém que vem de longe”, assevera Benjamin (*Idem*).

Trabalharemos com dois viajantes. O primeiro é o pastor metodista norte-americano Daniel Kidder (1815-1891), que esteve em Belém no final da década de 1830, o seu relato foi publicada em 1845. O segundo é o naturalista inglês Henry Bates (1823-1892), que viveu onze anos viajando a Amazônia (1848-1859), publicando as ‘aventuras’ em 1863. Tentaremos construir a trajetória da cidade de Belém entre as décadas de 40 e 60 do século passado. Exatamente o período entre a revolução da Cabanagem e o *boom* econômico provocado pela extração e exportação do látex da seringueira.

A cidade de Belém desde de seus primeiros anos de fundação (1616) vive mergulhada na pobreza material, tal situação só se altera com a instalação das missões jesuítas. No início do século XVIII, a cidade se confronta com a pobreza dos seus habitantes e a riqueza produzida pelas reduções missionárias<sup>11</sup>. No terceiro quartel do século XVIII, a cidade vem sofrer grandes mudanças com as intervenções do governo do Marquês de Pombal, principalmente pela construção de edifícios, favorecidas pela grande circulação da produção de cacau do interior. Nos primeiros anos do século XIX, Belém recebe sua grande transformação no seu ‘tecido urbano’ com o aterro do igarapé do Piri, que dividia a cidade em duas parte. As mudanças são marcantes na vida da cidade, que consolidava a sua característica comercial, principalmente com o aumento de negociantes estrangeiros. Porém, este *continuum* progresso sofre uma interrupção, na qual a cidade é paralisada por uma onda de revolta formada por aqueles que no interior produziam sua riqueza e foram conhecidos como *cabanos*. Eles exigiam transformação na direção deste progresso, que agora se encontrava nas mão do império independente de Portugal. Este império a ‘ferro e fogo’ constrói a sua unidade herdada do estado português. Sabemos qual foi o seu desfecho, que ‘eclipsará’ a cidade por muitos anos.

A antropóloga Anaísa Vergolino-Henry (1994) nos fala que a Amazônia vive no ‘entrelaçamento de tempos’, o que lhe permite desdobrar sua existência em ritmos diferentes. Existe o ritmo do tempo linear do progresso econômico que pode sofrer explosão da emancipação na busca de um novo tempo, mas que pode fracassar (como foi a revolução da Cabanagem). Há o tempo ritual ou

---

<sup>11</sup> Segundo Ciro Cardoso (1984, p.118), a cidade de Belém, nas décadas do século XVIII, sofria um estado de pobreza, decorrente de “uma pernicioso falta de braços [...] e do nível particularmente primitivo das técnicas”.

cíclico, mais próximo do ritmo da natureza. Compreender a tensão destes tempos é ótica que buscamos nos relatos dos viajantes.

Daniel Kidder (1943, p.1) inicia o seu relato nos informando de que até o ano de 1839 não havia nenhum meio de transporte rápido e regular entre a Corte e as províncias do extremo norte. As informações do Maranhão e do Pará chegavam no tempo mais curto via Inglaterra e Estados Unidos. Isso era decorrente da dificuldade da navegação veleira para aquela região. Por isso, foi constituída pelo governo imperial uma empresa de navegação, *Brazilian Steam Packet Company*, que tinha o objetivo de fazer aquela ligação. Esta empresa possuía cinco navios a vapor e iniciou suas operações em junho de 1839. É sabido que no período colonial a província do Grão-Pará era separada do resto do Brasil e dirigida diretamente por Portugal. Após a independência política e com a instalação do Império brasileiro é que se inicia um processo de “*brasilianização da Amazônia*” (Costa, 1992, p.9). A integração desta região com o centro do poder será uma medida importante; contudo, serão necessários quinze anos para se ter a ligação, por navegação a vapor, do interior da Amazônia com o porto de Belém.

A cidade de Belém “apresenta aparência imponente”, para quem chega por via fluvial, sustenta Kidder (1942, p.167). Ela possui três praças: a do Palácio, a do Quartel e o Largo da Pólvora - continua Kidder -; as ruas centrais não são largas nem pavimentadas. Nelas vêem-se numerosas casas de grandes portes, mas as ruas mais afastadas estão repletas de casinhas insignificantes e feias. Kidder (1943, p.168) constata os efeitos da revolução da cabanagem no ‘tecido urbano’: “Quase todas as ruas tem casas pontilhadas de balas ou varadas por projéteis de canhão. Algumas foram apenas ligeiramente avariadas, outras quase que completamente destruídas”. A ocupação humana da cidade se contratava com força da mata, pois dentro do perímetro urbano “é perfeitamente possível ao viandante embrenhar-se em espessa floresta sem qualquer indício que denuncie a proximidade de uma habitação humana”, assevera Kidder (1942, p.169).

Em 1848, Henry Bates (1944, v.1, p.114) constata que a população tapuia, mestiço de português com o indígena, foge da cidade “logo que o tumulto da civilização começa a se fazer sentir”. Quando de sua chegada ainda residiam famílias de índios em Belém, “pois a vida era semelhante à uma grande aldeia, e não de uma cidade. Mas logo que começaram os vapores e houve mais atividade comercial, foram aos poucos abandonando a cidade”.

A reflexão que podemos fazer sobre estes relatos é constatação das imagens contrastantes entre uma *cidade-imponente* e uma *cidade-aldeia*. A distinção destas imagens está pautada na ‘ordem’ que as movimenta e as estrutura. A primeira é resultado do ordenamento de um tempo que mira a acumulação mercantil, que urde o ‘tecido urbano’ para sua finalidade, que é ter Belém “como a cabeça de uma ampla rede que se deveria estender para o interior, comandando todo o movimento de entrada e saída de produtos da região” (Silva, 1990, p. 60). Porém, este ordenamento não é despido de simbolismo, por exemplo, o Palácio dos Governadores indícia a presença do Estado como mantenedor do ‘tempo civil’.<sup>12</sup> A segunda imagem se constrói a partir da percepção de que os habitantes de Belém,

---

<sup>12</sup> Sobre o Palácio, Kidder (1943, p.172) mostra-se impressionado com a sua imponência que serve de residência aos presidentes da província, o qual considera uma das melhores construções do Império. O Palácio foi edificado, junto com a Catedral e outras construções, sob a ordem do Primeiro-Ministro de

neste momento, tinham o seu tempo determinado pelo ritmos 'naturais' gerado pela contigüidade entre a cidade e a sobrepujante mata amazônica, principalmente porque as relações de produção compulsórias estavam centradas na extração de produtos naturais. Estes são determinados pelas estações, restritas a duas: a chuvosa e a não chuvosa, como também o seu deslocamento pelo rio.<sup>13</sup> Portanto, o 'tempo cíclico' ordena esta imagem, no qual a orientação da população é determinada pela significação que as mudanças naturais tem para as suas atividades, seja trabalho ou tarefa doméstica. Um hábito que Kidder (1943, p.170) nota, em Belém, é o banho coletivo à margem do rio tanto de manhã como a tarde. São "homens, mulheres e crianças das classes mais humildes, nadando e mergulhando em direções diferentes, todos no mesmo tempo".<sup>14</sup>

É importante que compreendamos que aquelas imagens de Belém não conformam uma dualidade, mas sim uma complementariedade. Dito de outro modo, a experiência cotidiana de Belém mantém os dois pólos temporais em tensão. Talvez Belém, para um viajante que vem de Londres, no final da década de 40, só possa aparentar-se com uma grande aldeia. Bates (1944, v.1, p.33), ao chegar à Belém, fica impressionado com "a mistura das riquezas e da pobreza humana". As pessoas de Belém se "contentam com alimentação e alojamento de uma qualidade que não seria tolerada pelos pobres da Inglaterra" (Bates, 1944, v.1, p.72). Devemos relativizar esta constatação do inglês Bates, pois Londres na década de 1840 vivia, como nos informa o historiador Eric Hobsbawm (1983, p.82) as conseqüências da Revolução Industrial, isto é, um descompasso de sua expansão em relação as suas necessidades essenciais de vida - alimentação, habitação, entre outras - gerada pelo êxodo rural da mão-de-obra promovido pelo 'movimento das cercas'. Neste período, Londres era palco de uma tensão entre uma 'economia natural' do passado e uma racionalidade capitalista que se efetiva. Esta luta para instalar "uma *regularidade* mecanizada de trabalho" e se choca com a tradição de uma população acostumada com o ritmo das estações, das semanas e das festas, afirma Hobsbawm (1983, p.80). Esta população necessitará passar pela disciplina, seja a base da lei com penalidade, seja da própria necessidade da sobrevivência lançando-a na labuta incessante das fábricas têxteis. Portanto, Londres com os 2,5 milhões de habitantes nos meados da década de 1840 centuplica o poder, como também os sacrifícios. E estes ficam a cargo dos trabalhadores, como bem descreve Engels (1975), no início daquela década. Pois como o salário, que mal dava para mantê-los vivos, não os permitiam ter moradias dignas. Moravam em bairros insalubres nas piores zonas da cidade, nos quais as ruas "não são nem planas nem pavimentadas; são geralmente sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem

---

Portugal, Marquês de Pombal, que tinha a idéia de trazer o trono Português - especula Kidder - das margens do Trejo para as do Amazonas. "Só assim se explica a vastidão e magnificência da estrutura desses prédios em uma cidade de tão modestas proporções".

<sup>13</sup> No desembarcadouro em torno da Ponta das Pedras, Kidder (1943, p.171-2) descreve-nos o movimento das canoas e de sua gente que descarregam: "castanhas do Pará, cacau, baunilha, urucú, salsa parrinha, canela, tapioca, bálsamo de copaíba em boiões, peixe seco em pacotes, cestas de frutas de infinitas variedades, tanto secas como verdes"; além de aves, bichos e "quantidades imensas de sapatos de borracha que são geralmente conduzidos ao mercado suspensos em varas a-fim-de evitar que se colem uns aos outros"

<sup>14</sup> O tempo se apresenta diferente para vários grupos humanos na história. Para os Nuer, o tempo se constitui na sucessão de suas atividades em relações mútuas: cuidar do gado, tarefas pastoris etc, são o 'relógio diário' (Evans-Pritchard, 1978). Ou nas sociedades 'pré-industriais' que o tempo ainda é determinado pela 'orientação ao que fazer', isto é, pela indiferença entre o trabalho e a vida (Thompson, 1989).

esgotos e cobertas de poças de água estagnada e fétida” (Engels, 1975, p.47). Talvez, quando Bates faz a comparação de Belém com Londres esteja pensando apenas em West End, o seu bairro nobre.

Se Belém é uma cidade muito pouco urbanizada no final da década 40 dos Oitocentos, como constata os viajantes, na qual a presença forte é o seu aspecto ‘rural’, marcado pelas suas chácaras, chamadas de *rocinhas*, isso mudará no final da outra década. Bates (1944, v.2, p.392-3) ao retornar à Belém de sua peregrinação pelo interior da Amazônia em 1859 considerou-a muito modificada e melhorada em comparação aquela cidade, com aspecto de aldeia, cheia de mato que vira em 1848, quando a conheceu pela primeira vez. A população havia aumentado de 15 mil hab. em 1848 para 20 mil pela imigração de europeus. A cidade começava ser embelezada em decorrência dos impostos gerados pela importações e arrecadados pelo governo. “As ruas, antes sem calçamento ou salpicadas de pedras soltas e areia, estavam agora pavimentadas de concreto, de moda mais perfeito”. Muitos caminhos estavam orlados de árvores, como a estrada de São José (atual avenida 16 de novembro) fora plantada de palmeiras. As sessenta carruagens de Belém percorriam as suas ruas “aumentado muito a animação das belas praças, ruas e avenidas”(Bates, 1944, v.2, p.394).<sup>15</sup> Contudo esta urbanização trouxe um aumento do custo de vida, em consequência da fragilizada oferta de mão de obra e vinda de “grande levas de habitantes não-produtores, e à considerável importação de dinheiro, trazido pela companhia de vapores e pelos negociantes estrangeiros” - assevera Bates (*Idem*). Havia ainda a mudança de hábitos e, constata Bates (1944, v.2, p.394), as antigas festas religiosas tinham declinado e foram substituídas por divertimentos seculares: “reuniões sociais, bailes, música, bilhar e outros”<sup>16</sup>. Os paraenses pareciam, continua Bates, copiar mais os costumes das nações do norte da Europa que os de Portugal.

Partes importantes das mudanças percebidas são geradas pela atividade da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que foi criada em 1852. Ela possibilitou atuação de navios a vapor que faziam a ligação de Belém com o Alto Amazonas em questão de dias e não meses como ocorria anteriormente. Esta ‘revolução’ nos transporte na região provocou de imediato um aumento da volume de produtos e consequentemente do comércio. Com isso, instalaram-se várias firmas de importação e exportação representando interesses estrangeiro, que incentivou a existência de linhas de navegação de cabotagem entre Belém e a Europa e os Estados Unidos. Seis anos depois da saída de Bates da Amazônia, um conhecido apóstolo do liberalismo brasileiro, Tavares Bastos esteve na região na luta pela livre navegação do Amazonas. Aqui, ele constata a ‘explosão’ da riqueza gerada pelo comércio beneficiado pelos barcos a vapor, que tem florescida a cidade de Belém. Ela é “não só o lugar de trânsito obrigado, como principalmente um verdadeiro empório do Amazonas, o armazém dos países limítrofes”, constata Bastos (1975, p.120).

Contudo, Tavares Bastos (1975, p.217) demonstra um certa reserva, na medida em que “[...] o Amazonas sob o ponto de vista social é quase o mesmo que sob o ponto de vista geológico: a infância, um deserto para a indústria, uma noite para a civilização”. Ou seja, a comercialização de produtos

---

<sup>15</sup> Em 1839, Kidder (1943, p.186) calcula em oito ou dez carruagens em toda Belém.

<sup>16</sup> É sabido da tradição católica do ‘ciclo santoral’, conhecido como o ‘santo do dia’, que em Belém é celebrada com festa em cada um dos aniversários, o mesmo ocorria com os acontecimentos mais importante da vida de Cristo (‘ciclo temporal’). Aquelas são tantas que “pertubavam tanto o comércio e a indústria em 1852, que o Governo foi obrigado a reduzi-los” - assevera Bates (1944, v.1, p.122).

extrativos não permite maior indústria e capital. Com isso não permite instituir a *moralidade* (palavra sinônimo de *civilização* para Bastos), que é intrínseca dos processos agrícolas. Segundo Oliveira Filho (1979, p.106), a Amazônia na sua história sempre foi objeto de um discurso que compreendia a sua ocupação como “dirigida não por um impulso povoador, gerando sociedade agrícola e sedentária, mas por uma mentalidade de coleta e preação resistente a qualquer trabalho regular e produtivo”. A preocupação de Tavares, como bom liberal ilustrado, era com o ‘estado semi-selvagem da população’:

[...] os raros emigrantes que o Solimões atualmente acolhe no seio imenso de sua abundância edênica, não comunicam ao índio o impulso do homem civilizado, o exemplo da moralidade na família, o sentimento do gosto, o amor do trabalho, o espírito de indústria, o cultivo das artes úteis, o desejo de melhoramento e a necessidade de ilustração. Dominados pelos apetites mais grosseiros, rendem-se à indolência e à preguiça, e bem depressa confundem-se com o selvagem nos hábitos, nos prazeres, no gênero de trabalho, nas perfídias de um tráfico desonesto, nas dissensões, na miséria e na degradação (Bastos, 1975, p.218; grifos nossos)

Citamos esta passagem para que entendamos que Tavares Bastos foge da explicação da determinação climática - moeda corrente entre os intelectuais da época. A sua explicação baseia-se no “isolamento econômico e social produzido por medidas político-administrativas que transformavam os recém-chegados na população adormecida e improdutivo dos caboclos”, assevera Oliveira Filho (1979, p.110). Dito de outro modo, Tavares Bastos esta preocupado com este ‘tempo cíclico’, que ‘adormece’ a população amazônica e que a torna ‘improdutiva’. A superação deste estado de coisas para atingir a ‘civilização agrícola’, que tudo fertiliza, é necessário duas coisa: a liberdade de navegação, “o gênio fecundo do comércio universal”, e “a imigração das raças vigorosas do norte do globo” (Bastos, 1975, p.225 e 219). Tanto uma como a outra são portadores da ética do trabalho, da qual a Amazônia necessita para romper com o seu atraso<sup>17</sup>. Urge instaurar o ‘tempo linear’ do progresso. Portanto, o que é proposto por Tavares Basto é um intervenção político-institucional do governo para superar este estado de desleixo e abandono que se encontrava Amazônia. Esta proposta não era a primeira e nem seria a última na história da Amazônia. Para todas elas sempre é posto a necessidade de suplantando a ‘barbárie’ pela ‘civilização’.

### **A dialética da matutice e da civilidade**

Após a exposição da construção de espaço social capital, vejamos a apresentação dos conceitos que operam na fulguração da dialética interior-capital, a qual chamamos de *dialética da matutice e da civilidade*.

Vejamos, inicialmente, o primeiro pólo: a matutice. Esta é definida como a “aparência, modos ou ação de matuto” (Ferreira, 1986, p.900). Isto é, um modo de ser, que se expressa na figura do *matuto*. Este, etimologicamente falando, provém da derivação sufixal de *mato* + *-uto*. Existem, para ele, vários significados. Chamamos atenção para dois: “Que vive no mato, na roça” (caipira) e “acanhado, tímido, desconfiado.” (*Idem*); esta última acepção é mais usada na região Norte e

<sup>17</sup> Esta oposição não é outra senão aquela constatada, nos primórdios da nossa colonização, por Sérgio Buarque de Holanda (1995, p.44): a ética da aventura versus a ética do trabalho.

Nordeste, enquanto a outra tem seu *locus* na região do Centro-Sul. Esta rápida pesquisa etimológica, permite-nos ter um ponto de partida na construção da nossa categoria. Isto é, ela é conformada a partir do modo de vida rural e da economia psíquica ou do estado mental do indivíduo. Buscaremos elaborá-la no amalgamento de dois pressupostos: de um lado o conceito de *cordialidade* de Sérgio Buarque de Holanda (1995), de seu *Raízes do Brasil* e do outro o conceito de *cultura rústica* de Antonio Candido (1975b), n'Os *Parceiros do Rio Bonito*. Estes dois trabalhos já se tornaram clássicos no pensamento social brasileiro. Por uma questão didática, entendemos o primeiro como uma *mentalidade*, que tem a sua formação na família patriarcal proveniente do meio rural, na qual a esfera doméstica, privada conduz os procedimentos em sociedade<sup>18</sup>. O segundo conceito é entendido como uma *sociabilidade*, na qual ocorre a expressão da relação entre os meios de subsistência e a organização social para obtê-los; no caso a 'rusticidade' do *modo de vida* dos caipiras paulistas<sup>19</sup>. Porém, é importante frisar que ambos os conceitos tem um denominador comum: o vestígio da tradição portuguesa. Ela está presente na cordialidade, na medida em que "é o resultado direto da materialização da 'cultura da personalidade'" (Avelino Filho, 1990, p.8). Esta cultura é o traço mais marcante dos povos ibéricos, afirma Holanda (1995, p.32). Enquanto a cultura rústica deve ser entendida, sustenta Antonio Candido (1975, p.21), como o resultado "do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contacto com o aborígine"<sup>20</sup>. Vejamos, agora o outro pólo.

No pólo da civilidade tem-se a nossa conhecida palavra 'civilização'. Esta, segundo Williams (1979, p.19), deriva da palavras latinas *cives* e *civitas*, que se referia ao *civil*, de um lado o homem polido, cortês e de outro à ordem social (originando-se o conceito 'sociedade civil'). Não podemos nos esquecer que civilização continua Williams, representa também "um estado de realizado *de desenvolvimento*, que implicava processo histórico e progresso". É nesta acepção que o termo participa da história do pensamento.<sup>21</sup> Portanto, é a partir da palavra 'civil', que surge *civilidade* - do latim

---

<sup>18</sup> A expressão 'cordialidade' não se refere somente a concórdia ou um sentimento de bondade específico da amizade, mas também, a inimidade. Pois cada uma delas nasce do coração, procedem, afirma Holanda (1995, p.205), da esfera do íntimo, do familiar, do privado.

<sup>19</sup> A distinção também baseia-se em um 'critério' paradigmático. Enquanto Holanda constrói o seu conceito, em 1936, a partir da sociologia weberiana, Candido, em 1958, está preservando a problemática, mas suprassumindo-a sob forte influência da obra marxiana (especialmente, A ideologia alemã).

<sup>20</sup> Antonio Candido considera como sinônimo de seu conceito de rústico as palavras: caipira e caboclo. Pois cada um de sua maneira são "modalidades étnicas e culturais do referido contacto do português com o novo meio" (Candido, 1975, p.22).

<sup>21</sup> Jean-Jacques Rousseau (1988) foi um dos primeiros a criticar o conceito de civilização. Para ele, este conceito seria sinônimo de artifício, cultivo da exterioridade, sujeição do 'estado de natureza' pelo 'estado da sociedade', na medida em que se "aumenta a desigualdade natural na espécie humana por causa da desigualdade de instituição" (Rousseau, 1988, p.61). Quase trinta anos depois, Immanuel Kant (1985), ao responder sobre o que é 'esclarecimento', entende a civilização como o processo de aperfeiçoamento moral e racional, pois a saída do homem de sua menoridade só ocorrerá quando ele tomar nas suas mão a decisão de "servir-se de si mesmo sem a direção de outro. Sapere aude!" (Kant, 1985, p.100). A problemática continua até século XX, agora na nova abordagem de T.W. Adorno e M. Horkheimer (1986), que analisa a Odisséia como a alegoria do caminho que percorre o homem para a civilização, isto é, o afastamento da unidade homem-natureza em busca da demarcação do que é humano, a saber a cultura. Em outras palavras, descreve o "trajeto de fuga que o sujeito empreende diante das potências míticas"(Adorno; Horkheimer, 1986, p.55). Esta fuga é causada pelo medo da assimilação ou da dissolução na natureza. Para tanto, foi empreendido um

*civilitate*. O sentido mais usual desta palavra é “conjunto de formalidades observadas entre si pelos cidadãos em sinal de respeito mútuo e consideração” (Ferreira, 1986, p.333). Ela tem como sinônimo as palavras: “polidez, urbanidade, delicadeza, cortesia” (*Idem*).

Um estudo aprofundado desta questão é produzido por Norberto Elias (1994), no seu *O Processo Civilizador*. Neste trabalho, ele apresenta os vários sentidos do conceito de ‘civilização’ na sociedade francesa e alemã. Nesta ocorre uma distinção entre *Kultur* e *Zivilisation*. Esta é compreendida na acepção já definida de ‘civilização’, com o acréscimo de quando se refere a comportamento, ela expressa apenas a “aparência externa de seres humanos” (Elias, 1994, p.24). Enquanto *Kultur* refere-se a identidade particular, seja de obras de arte ou de sistemas filosóficos, seja de um povo. Na sociedade francesa, a oposição é entre *civilisation* e *politesse* ou *civilité*. A questão aqui é a disputa entre a classe burguesa que se opõe a suavidade das maneiras, a urbanidade da *civilité* presente na sociedade da Corte, pela ‘autêntica’ civilização, que representa “o aprimoramento das instituições da educação e da lei será realizado pelo aumento dos conhecimentos” (Elias, 1994, p.61). Para Elias circunscrever estes conceitos objetivando rastrear as transformações que as diferentes sociedades procuram expressar no ‘processo civilizador’ que, no seu entender, se encontra na “mudança concreta no comportamento que ocorreu no Ocidente” (Elias, 1994, p.72). Com outras palavras, Elias procura investigar as transformações no padrão dos hábitos que uma determinada sociedade procura moldar o indivíduo. Portanto, a civilidade é um modo de vida, que pretende opor-se a outro modo de vida. A problemática da dialética da matutice e da civilidade não é outra senão a *confrontação* de dois modos de vida.

### **A leitura crítica d’O Cacaulista e O Coronel Sangrado**

Os dois romances de Inglês de Sousa, que serão objeto de estudo, são lidos por nós com um só. Essa proposição se apóia nas palavras do autor, que nos informa que *O Cacaulista* terá o seu complemento n’*O Coronel Sangrado*, ambos fazem parte da “coleção - CENAS DA VIDA DO AMAZONAS” (Sousa, 1973, p.IX). Porém, cada romance possui um pretexto que engendra o seu enredo. N’*O Cacaulista* ele se apresenta na disputa de terra, através da “questão do Uricurizal”, entre Miguel Faria e o Tenente Ribeiro. Já n’*O Coronel Sangrado*, ele se apresenta na disputa pelo poder local, através do processo eleitoral à Câmara de Óbidos, entre o grupo do Tenente-Coronel Severino de Paiva, ligado ao partido conservador, e o grupo de Tenente Ribeiro, ligado ao partido liberal. Porém, não podemos nos esquecer a força dramática do amor de Miguel por Rita, que se movimenta nos dois romances. Entretanto, consideramos que existe um *leitmotiv* latente nos dois romances: a questão racial. Ele é a tensão que perpassa os dois romances. A questão racial é subentendida nos romances: seja como motivo básico na peleja de Miguel, filho de português e herdeiro da fazenda São Miguel, com o seu vizinho o *mulato* Ribeiro, tenente da Guarda Nacional e rico proprietário no Paraná-mirim, seja na posição assumida por Severino de Paiva, tenente-coronel da Guarda Nacional e chefe local dos conservadores, na disputa eleitoral com o grupo deste último. Assim, a posição social

---

programa que pretendia “o desencantamento do mundo (Entzauberung der Welt)” (*Idem*, p.19). Este termo foi tomado pelos autores de Max Weber (1967, p.72), que o entendeu como o processo “histórico-religioso da eliminação da magia do mundo”. O programa tinha a meta de destruir os mitos e substituí-los pelo conhecimento.

que assume o mulato Ribeiro provocava descontentamento nos grupos dominantes desta sociedade escravista.

Feito esse pequeno resumo do enredo dos romances, vejamos como operamos na leitura dos romances através da nossa ‘chave’ interpretativa. Esta, como já vimos, está assentada na idéia de que eles estão estruturados a partir dos pólos dialéticos: *interior* e *capital*, os quais chamamos respectivamente de *matutice* e *civilidade*. Dito de outro modo, a operação de leitura se realiza na ‘decodificação’ da relação entre enredo e personagens destes romances, a partir dos pólos dialéticos matutice e civilidade. Sabe-se que um romance é constituído de ‘fatos’ organizados num *enredo* e de *personagens* que vivem estes fatos, e que, ao viverem esse enredo, as personagens expressam significados, valores e visões de mundo que as animam - como nos demonstra Antonio Candido (1974b) em “A Personagem do Romance”. E, na medida em que o escritor ao construir suas personagens as cria imbuídas de uma lógica que lhe permite fixá-las numa conduta ( seu modo de ser), o que é constituído na combinação das personagens no enredo é um trabalho de seleção. Cândido (1974b, p.60), chama a este processo de “lógica de composição”. É na compreensão dessa lógica, que é uma construção a partir da interpretação da realidade feita pelo escritor, que nos permite extrair uma experiência histórica, na qual ele se encontra imerso. É importante que ressaltemos que a ‘composição’ construída pelo escritor não é o resultado completo de suas intenções, na medida em que ela é mediatizada pelo trabalho da narração, conhecida na literatura como o *foco narrativo*, muito bem apresentado por Lígia Chiappini Leite (1994). Este procedimento permite-nos reconhecer a eficácia do efeito de verossimilhança e ao mesmo tempo não perder de vista o caráter de imaginação daquela ‘composição’. Pois conteúdos dos romances não são conteúdos reais (Schwarz, 1989, p.142).

Se entendemos os romances como um *microcosmo* de um ‘comunidade’ do Baixo-Amazonas, como afirma historiador Vicente Salles (1990, p.7) quando diz que a obra de Inglês de Sousa “é ficção reveladora da vida na pequena comunidade interiorana”, então podemos apresentar, através da nossa chave de leitura, tanto o ordenamento dos romances, quanto explicar a experiência histórica em que se encontram embebidos. Benjamin (1993, p.41) constata que “a obra assume internamente a forma [configuração] de um microcosmo”. O pressuposto é uma nova concepção de temporalidade, que se apresenta na intensidade concentrada no interior da obra, na medida em que “na obra está conservada e suprimida a obra de uma vida, na obra de uma vida, a época, e na época, todo o curso da história”, assevera Benjamin (1987, p.231; 1974, p.703), na *Tese XVII* “Sobre o conceito de história”<sup>22</sup>. Esta temporalidade se pauta pela concepção de *monologia* de Leibniz.<sup>23</sup> Benjamin (1984, p.70), já citara as mônadas no seu *Origem do Drama Barroco Alemão*, quando as considerou uma “imagem abreviada do mundo”. Portanto as obras de arte são mônadas estéticas.

Como já dissemos os romances são estruturados a partir de dois cenários: o Paraná-mirim e a cidade de Óbidos, que formam o espaço social do interior, intercortado por um segundo espaço social: a ‘capital do Pará’. Este é apenas aludido ou mencionado pelos personagens, não sendo ‘descrito’ pelo narrador. O ‘bailado’ dos personagens nos romances entre aqueles cenários e espaços sociais, acaba

<sup>22</sup> Utilizamos a tradução inédita das Teses feita por Jeanne M. Gagnebin e Marcos Müller.

<sup>23</sup> Leibniz (1983, p.112 e 106) definiu a mônada como “um espelho do universo” e as suas mudanças “procedem de um princípio interno, pois no seu íntimo não poderia influir causa alguma externa”.

sendo o ‘bailado’ entre um ‘modo de ser’ ligado a matutice ou a civilidade. Para explicar essa situação, montaremos algumas das cenas dos romances para percebermos a dialética da matutice e da civilidade.

O narrador inicia o romance *O Cacaulista* descrevendo-nos o núcleo da família Fernandes Faria, na fazenda São Miguel no Paraná-mirim, no ano de 1866. Nela moram D. Ana, viúva de João Faria e seu filho Miguel. A fazenda foi herança de seu pai Miguel Fernandes. Conta o narrador, que no tempo de solteirice de D. Ana ela foi requestada pelo jovem Ribeiro - atualmente Tenente da Guarda Nacional e rico proprietário da Comarca de Óbidos. Porém, foi-lhe recusada pelo pai “em razão dos seus poucos haveres e da sua origem, e pela filha em razão talvez da cor” - afirma o narrador intruso (Sousa, 1973, p.10). O pretendido escolhido foi João Faria, um filho de Portugal, que trabalhava no comércio de regatão. Este possuía um “gênio empreendedor”, que após o casamento ampliou a herança da mulher (*Idem*, p.2). Se o marido era ativo e laborioso, constata o narrador, D. Ana se apresentava reduzida a uma passividade completa e era deixada entregue às suas orações e às suas mulatas. Pois, como afirma João Faria, “o papel da mulher neste mundo é rezar e remendar meias” (*Idem*, p.3).

D. Ana possui a pele alva e as delicadas mãos de quem nunca trabalha. A sua vida transcorria numa regularidade monótona de passar todo o dia sentada na rede de tucum da varanda de sua casa no Paraná-mirim, embalando-se levemente, tragando o seu cachimbo e sorvendo pequenos goles de café, entre uma baforada e outra, nos conta o narrador. Podemos dizer que ela é um resultado exemplar da época do “patriarcalismo absoluto” - como denomina Gilberto Freyre (1990), em *Sobrados e Mocambos*.

O seu filho Miguel Farias, enquanto o pai era vivo, foi “criado a lei da natureza”, pois João Farias acreditava que “cacau para crescer, e o gado para produzir não precisavam de padres nem de doutores” (Sousa, 1973, p.4). Contudo, após sua morte, o irmão de D. Ana, o vigário de Óbidos, José Fernandes, levou o sobrinho para aprender as letras. Ficou por três anos na cidade sendo “obrigado a meter na cachola umas regras de gramática abstrusas” e só tendo como único prazer vestir-se “numa opa encarnada e de repicar gostosamente os sinos da matriz”, comenta o narrador (*Idem*). Porém, mesmo a capa mais bonita ou o repicar mais sonoro não foi suficiente para abrandar o “fogo da liberdade selvagem” do jovem Miguel. E num belo dia decidiu fugir para junto de sua mãe, deixando o Padre Fernandes “embasbacado” (*Idem*, p.5). Depois de alguns anos de sua ‘fuga’, Miguel entra numa “demanda” com o Tenente Ribeiro sobre a propriedade do terreno do Uricurizal, indignado com a audácia do ‘mulato’, o qual considerava um “preguiçoso que leva todo o santo dia no fundo da rede, e que anda de meias pelo cacau” (*Idem*, p.10).

Críticos como Miguel-Pereira (1973) e Wilson Martins (1978) já tinham chamado a atenção sobre “o atrito de duas camadas sociais, de duas raças, de duas concepções da vida (Miguel-Pereira, 1973, p.161). Contudo, faltavam-lhes expor o princípio organizador deste confronto. Entendemos que ele se encontra na oposição entre um *ethos do empreendedor* e o *ethos da indolência*. Em outras palavras, na dialética da civilidade e da matutice. Ribeiro era o estereótipo do interiorano, na medida em que “não lhe agradava a estada em Óbidos, voltava mais cedo que podia, e metia-se de novo na rede”, conta-nos o narrador (Sousa, 1973, p.58). Porém, não podemos ficar só na superfície do texto. A distinção imposta por Miguel a Ribeiro pressupõe uma classificação que se pauta na exclusão da

capacidade do seu desafeto de constituir um boa riqueza através da atividade da inteligência, na medida em que ele é um *negro*. A justificativa da sua riqueza é encontrada na atividade de roubar os seus vizinhos, por isso a sua alcunha de “*Apanha-tudo*” (Sousa, 1968, p.150).

Na demanda com Ribeiro, Miguel enfrentava um dilema: humilhar o orgulhoso ‘mulato’ e ainda continuar tendo a afeição de sua afilhada, Rita. Ela era a sua parceira de travessuras de infância pelos arredores do Paraná-mirim, que lhe demonstrava grande afeição. Rita  apresentada, pelo narrador, como uma morena de dezesseis anos de grande formosura e elegância, principalmente no saracoteado do corpo; possui, também, a robustez e o andar firme e duro das moças do campo (Sousa, 1968, p.17-8). Em outras palavras, Rita era a tpica mulata descrita por Freyre (1990 e s.d.) nas suas obras, que transborda a sensualidade atribuída as mulatas. Ela nunca vira uma cidade, vivia ‘solta’ no sítio de seu ‘padrinho’ Ribeiro, e que na voz do povo, não  senão a sua filha bastarda, segundo o padre Fernandes (Sousa, 1973, p.73).

A preocupao de Miguel aumenta, quando a rotina da vida de Rita  quebrada com a chegada de Pedro Moreira, um “moço da capital”, que veio ‘recomendado’ ao seu padrinho pelo chefe do partido liberal do Pará. Moreira era alferes e viera visitar o Amazonas na esperança de melhorar da saúde; era moço de excelentes qualidades e de muito boa família, porém seu pai falecera pobre, informa o narrador (Sousa, 1973, p.59). Em pouco tempo Ribeiro percebeu a oportunidade que lhe dera o seu compadre da capital, de casar a sua ‘afilhada’ com um moço da classe de Moreira. Contudo, nos afirma o narrador (*Idem*), entendido como era Ribeiro, “deixou que os dois jovens fizessem tudo por si”, principalmente que contava com a impressão no ânimo de Moreira da herança de Rita, que era os seus trinta mil pés de cacauzeiros, as seis léguas de terra e os escravos, assevera o narrador (Sousa, 1973, p.116). Ribeiro não apostava na estória de Miguel com sua Rita, na medida em que acreditava que Miguel, ironizando, era “muito fino para casar com uma mulata” (*Idem*, p.118).

A escolha de Rita não ocorre de forma automática. A sua escolha se efetiva através de uma estratégia de exclusão, assentada sobre alguns signos de valores sociais de seus pretendentes. A barba é considerada um ndice de beleza e de masculinidade (Sousa, 1973, p.15 e 31), que d vantagem a Moreira na disputa. Complementa-se com o título de oficial deste, que aumenta sua virilidade no brilho da farda. Porém, é no campo semântico dos plos matutice e civilidade que se processa a verdadeira estratégia de exclusão de Rita na escolha do pretendente. A diferença de dançar de Miguel em comparao com Moreira e as calças de casimira deste são para Rita ndices de civilidade em oposio  matutice de Miguel. Está claro que a estratégia de distino está permeada da dialética da matutice e da civilidade, principalmente na valorizao do segundo pólo. No dia do casrio em bidos um participante de um grupo, que conversa sobre a festa, comenta a sorte de Ribeiro de arranjar um genro e por cima “um genro banco!”; um outro afirma que “um moço branco deve saber prezar-se e não comportar-se como qualquer negro!”. Tal conversa leva ao narrador intruso, comentar: “Como vem os leitores o casamento de Rita encontrava as opiniões divididas” (Sousa, 1973, p.132). A esta indicao do narrador, interpretamos como se apresenta a tensão social de um sociedade escravista que não se contenta na ascensão social que assume o mulato Ribeiro, principalmente com o casrio da ‘afilhada’ com um ‘branco’. Nos dois romances a questão étnica é sempre presente.

Derrotado no conflito de terra e no amor Miguel foge para a “capital do Pará”, em busca de reconhecimento. Projetava ganhar pelo trabalho e pela ilustração forças suficientes para um dia retornar. Lá passará quatro anos trabalhando de caixeiro em uma casa comercial de um ‘excelente homem’, que lhe possibilitou instruir e acumular um pequeno capital, nos informa o narrador (Sousa, 1968, p.44). O retorno de Miguel, no vapor *Madeira*, é narrado por ele mesmo, através da transcrição de uma carta dele ao um amigo. Nesta carta o narrador-personagem nos descreve o Amazonas em 1870:

*As margens do Amazonas são de uma opulência, de um luxo de vegetação verdadeiramente espantosos; porém, de uma monotonia tal que entristece e acabrunha. Os estragos que o rio vai fazendo nas suas margens, as raras e misérrimas habitações de tapuios que se avistam aqui e ali [...] e os meninos da casa, saindo precipitadamente do banho, assistiam de pé sobre o cedro que serve de ponte, nus e de braços cruzados, à passagem do mensageiro do progresso* (Sousa, 1968, p.25; grifo nosso).

No mesmo ano da publicação d’*O Coronel Sangrado*, José Veríssimo ralata uma viagem que fez de Belém a Óbidos. Ela nos permite fazer uma confrontação com a descrição do narrador-personagem Miguel. Percebemos que os horizontes dos dois narradores não se encontram muito distantes, eles incorporam o pólo da civilidade. Vejamos Veríssimo na sua descrição muito ‘dura’, dos povoados à margem do Amazonas:

*São todos eles povoados de miseráveis choupanas, onde moram os descendentes, degenerados, dos filhos de Tupã. Nada se pode imaginar de mais triste do que essas habitações [...] A umidade cerca-os por todos os lados com o seu cortejo de doenças. E dentro nem uma indústria nem um trabalho, nem um esforço para sair de semelhante condição! [...] Parece-me que a natureza é madrasta para aqueles que só, sem trabalho, querem aproveitar-se de seus dons* (Veríssimo, 1970, p. 218; grifos nossos).

Guardada as tonalidade semânticas, as duas narrativas registram a mesma preocupação, qual seja, a falta de uma ética do trabalho, que é sufocada pela força da natureza. Ela tudo corrompe e uniformiza na mais triste visão, deixando o habitante do rio numa situação deplorável. Em contraposição, a solução deste estado miserável não pode ser outra senão abrir espaços para a entrada do *progresso*. Esse permitirá um ‘espetaculo’ mais belo, que na fantasia de Veríssimo (*Idem*, p.219) via as margem do Amazonas “povoadas de vastos estabelecimentos, uns de lavoura, outros rurais, outros, onde o vapor a serviço da indústria, transforma em mil artefatos úteis as riquezas hoje inteiramente esquecidas, senão desconhecidas”. Sem sombra de duvida a idéia é a mesma de Tavares Bastos: se opor ao tempo cíclico, que adormece a população ribeirinha para as atividades produtivas, engendradas pelo tempo linear. Regressemos aos romances.

Retornando a Óbidos, Miguel vem recomendado ao tenente-coronel Severino de Paiva, chefe local do partido conservador e vulgarmente conhecido pela alcunha de coronel Sangrado - por sua mania de recomendar sangrias aos doentes. Este se oferece para ajudá-lo no combate ao ‘negro’ Ribeiro, também seu desafeto. Miguel recusa dizendo que não retornou para “guerrear” com ninguém,

dando com isso prova de sua civilidade. Porém, não demove o coronel Sangrado de sua intenção de ajudar o seu recomendado. A personagem de Severino Paiva na dinâmica do romance encontra-se numa constante oscilação entre os pólos da matutice e da civilidade.

Do ponto de vista da matutice, podemos tomar como índice a indistinção entre a esfera privada e pública, que convive em sua casa em Óbidos. O narrador (Sousa, 1968, p.27) a descreve dessa forma: “portas constantemente abertas deixavam ver todo o interior da casa”, por isso “nada se passava em casa do coronel Sangrado que não se soubesse logo em toda a cidade”, finaliza o mesmo. A separação do espaço público e privado foi um dos primeiros processo que a burguesia emergente propôs no adestramento do comportamento, como uma forma de se distinguir da sociedade cortesã e de permitir construir um novo conteúdo de civilidade. A matutice é o seu oposto, a sua preocupação é com a informalidade e a solidariedade que deságuam no conceito de cordialidade - já apresentado acima. Portanto, o jeito de viver à vista de todos, comenta o narrador intruso (Sousa, 1968, p.28), “só pode admirar àqueles que não conhecem a vida da gente do Amazonas”.

Do lado da civilidade, encontra-se um Severino Paiva empreendedor, pois possui uma grande plantação de cacau e um fazenda de gado, mas ele quase não as vê ficando mais na sua casa em Óbidos, enquanto elas são administradas por um capataz português. Além disso, Paiva é o chefe local do partido conservador e detentor de grande prestígio, pois mantém um epistolário como o chefe do seu partido na ‘capital do Pará’, o cônego Siqueira Mendes (uma figura da história da política paraense). É baseando-se na sua influência que ele quer construir uma carreira política para Miguel. Começaria então como vereador da cidade, depois deputado provincial e aí, quem “sabe se bem protegido pelo cônego o rapaz não me há de chegar a vice-presidente... e daí havendo uma vaga...”, afirma o coronel Sangrado (Sousa, 1968, p.49). Porém, o motivo de seus planos para o seu recomendado estavam nos olhares de sua filha Mariquinha para Miguel. Já era hora de casá-la.

Mariquinha, filha de Sangrado, é uma moça de olhar melancólico e de alma extremamente delicada, que havia sido educada por uma preceptora em Santarém, D. Maria da Cunha, portuguesa de nascimento, comenta o narrador (*idem*, p.33). D. Maria ensinara-lhe os princípios de uma moral rigidíssima e uma ilustração variada. Contudo, tal educação era prejudicial a Mariquinha em seu convívio na ‘sociedade obidense’, que a considerava orgulhosa e de sentimentos superiores. E, era ainda tratada com indiferença ou com um certo escárnio (chamavam-na de *velhita*, pois a consideravam mais ‘senhora’ do que ‘moça’), atesta o narrador (*Idem*, p.30). A empatia de Mariquinha por Miguel se pautava nas afinidades de civilidade entre ambos. A afeição de Mariquinha foi percebida pelo pai, que viu mais um motivo de pôr Miguel na carreira política, como seu genro. Mariquinha sem dúvida é a personagem mais próxima do pólo da civilidade. O seu modo de ser se apresenta em ‘descompasso’ com o modo dominante na cidade de Óbidos, a matutice. O narrador comenta que enquanto ela ficava com os velhos, nas festas, a Eugéninha e outras raparigas passavam “a festa em riso e alegrias, ouvindo galanteios de toda a sorte” (*Idem*, p.31). O ápice da composição da dialética entre civilidade e matutice, no romance *O Coronel Sangrado*, será o movimento de escolha de Miguel entre Mariquinha e Rita, no capítulo XIX.

Miguel não esquecera de Rita, pois sentia por ela uma emoção de “natureza selvagem e ardente, de que uma educação civilizadora apenas aparara as pontas, cortara os ângulos bruscos,

encobrir as exterioridades”, sustenta o narrador (Sousa, 1968, p.151). Quando soube da morte do marido de Rita, Moreira, o conflito se instaurou em sua consciência. Corresponderia ao afeto e amizade de Mariquinha e de seu protetor Severino de Paiva? Ou partiria para o Paraná-mirim e proporia casamento para a viúva Rita? Porém, tudo se opunha a esse casamento: “tradição de família, conveniência sociais, sentimentos pessoais” e além disso, ela era filha do *Apanha-tudo*, pensa consigo Miguel (Sousa, 1968, p.150). Os ‘dotes’ físicos de Rita, no entanto, transtornavam-lhe a cabeça. Era-lhe preciso ter Rita, não poderia deixar que a felicidade lhe fugisse por causa de ‘tola conveniência social’. E, estava decidido no seu espírito que Rita seria sua, resolve Miguel (*Idem*, p.150). Só espera o resultado das eleições para partir para o Paraná-mirim. O resultado da eleição foi a derrota do coronel Sagrado causada pela manipulação de seus próprios companheiros de partido, pois apostavam no novo chefe, o capitão Antônio Batista, apadrinhado do cônego Mendes. A derrota leva Severino Paiva a cama, mas a notícia do casamento de Miguel com a afilhada de seu inimigo é uma forte emoção que fulmina o coração do velho coronel. A última cena do livro é emblemática da dialética da matutice e da civilidade: Mariquinha, na alcova, “chorava amargamente o seu isolamento e o seu amor perdido”, descreve o narrador (Sousa, 1968, p.198). Derrota da civilidade? Talvez seja mais um revés na sua tentativa de dominar o modo de vida do interior. Inglês de Sousa, nos romances, não está somente opondo campo a cidade, mas mostrando ou tentando demonstrar que a *cultura interiorana* é mais ‘adequada’ às necessidades da vida do Amazonas.

## Inconclusão

Para finalizar este trabalho, propomos uma conclusão não fechada. Isso não vem só demonstrar que o trabalho requer mais aprofundamentos (ou melhorar algumas passagens confusas), mas sim porque ainda é necessário empreendermos o estudo das ‘imagens históricas’ que nos é devedora a obra de Inglês de Sousa. É preciso integrar na sua obra tanto a sua pré e pós-história, “uma pós-história [*Nachgeschichte*] por meio da qual se percebe também sua pré-história [*Vorgeschichte*] reconhecida conceitualmente numa permanente mudança [*Wandel*]” (Benjamin, 1982, p.91; 1977, p. 467). Esta ‘integração’ é um trabalho do historiador-detetive. Ele deve procurar o ‘índice histórico’ das imagens da obra, mas não para dizer que elas fazem parte de um determinado tempo e sim para ‘revelar’ fundamentalmente que elas só se tornam *legíveis* apenas num determinado tempo, “o tempo que as conhece - ou seja, o nosso” (Benjamin, 1993, p.41; 1972, p.290). Pois, a ‘revolução’ que Benjamin pretende na concepção de história é fazê-la deixar de *estender* o presente ao ocorrido (o que foi), como se este fosse um ponto fixo (acabado e fechado) num tempo pretérito e que bastaria apanhá-lo. O que se exige é a construção de ‘nexos’ entre o presente e cada ‘imagem histórica’, que lhe é sincrônica. Dito de outro modo, fazer que “todo acontecimento passado (em seu tempo) possa adquirir um mais alto grau de *atualidade* do que aquele que ele tinha no momento em que ele aconteceu” (Benjamin, 1989, p.409; grifo nosso).

Para realizar essa empreitada, tem-se que construir, afirma Benjamin (1982, 104), “uma ciência histórica cujo objeto não é formado por um novelo de puros acontecimentos, senão pelo grupo contado de fios que apresentam a trama de um passado no tecido do presente”. Esta trama não é composta de conexões causais, mas sim de *nexos dialéticos*. Recuperar aqueles fios perdidos é uma tarefa do atual decurso da história, que podem ser reconhecidos de modo súbito e inadvertidamente.

O verdadeiro objeto daquela ‘ciência’ não se encontra no fluxo dos acontecimentos, mas deve estar sacado deste fluxo, para oferecer analogia com a *atualidade*. A incumbência de promover tal analogia e destacar a pré e pós-história desse objeto é a verdadeira tarefa da apresentação dialética. Nas palavras de Benjamin (1989, p.409), essa nova ‘ciência da história’ se incumbem de “fazer justiça à situação histórica concreta de *interesse* que levou ao seu objeto”

Salvar as ‘imagens históricas’ da obra de Inglês de Sousa exige de seu intérprete uma atualização daquela dialética entre matutice e civilidade, que serviu-nos de chave de leitura. Nos romances ela se apresenta como um confronto entre modos de vidas que termina com o mologro da civilidade perante a matutice, na medida em que aquela não tinha se fortificado o suficiente com a exportação do borracha, o que iria ocorrer dentro de mais ou menos uma década do tempo da narração dos romances. Portanto, a compreensão da ‘pós-história’ destas imagens requer o estudo das mudanças e renovações, que estavam pré-formadas (*Geformten*) no seu interior. As imagens de uma obra de arte ou de uma forma social passada são “capazes de pré-formar em seu interior uma experiência histórica posterior”, afirma Benjamin (*apud* Garber, 1992, p.10).

É sabido do processo de integração nacional que a região Amazônica passou a partir de abertura da estrada Belém-Brasília em 1960 e uma década depois, com a Transamazônica. Estas realizações provocaram uma grande transformação no modelo de ‘civilidade’, antes ligada à navegação fluvial e conseqüentemente à ‘matutice’. Nas palavras de Philippe Hamelin (1991, p.164, n.4), ocorreu uma mudança de uma “civilização do rio” para a “civilização da estrada”. Esta acelerou o ‘ritmo’ da sociedade regional, na medida em que a região recebeu ondas migratórias simultaneamente de população rural (do centro-sul) para o seu interior, a população deste para o espaço urbano (a grande Belém) e a população marginal deste para a ‘fronteira’. “O refúgio/moradia de *errantes* rurais e urbanos (a alegoria do migrante) segue traçados difíceis. A ‘margem’ do rio se desdobra como metáfora dos que vivem ‘à margem’” (Acevedo; Chaves, 1995, p.5). Temos a ascensão de um novo tempo, o da *transitoriedade*, uma mutação do conhecido tempo linear. Ele tem como característica a instabilidade gerada pelo deslocamento da força de trabalho em resposta à mobilização do capital (grandes projetos, garimpos etc). “Os habitantes dos rios mudam para a cidade, dirigindo-se para os canteiros de obra e lugares de trabalho na cidade” (Acevedo, 1995). Portanto, o ‘tempo cíclico’, que habita o modo de vida da matutice, tem seus dias contados. Será verdade? Que ele é vilipendiado é correto, mas que ele esteja extinto não temos certeza. Talvez, esteja apenas recalçado.

Se é “a forma de confrontação histórica, que forma o interior (e por assim dizer as entranhas) do objeto histórico”, como diz Benjamin (1989, p.493), então a necessária atualização das imagens históricas da obra de Inglês de Sousa passa pelo confronto com outra grande obra de literatura regional da Amazônia, que é o “ciclo do Extremo Norte” de Dalcídio Jurandir, publicado entre as décadas de 1940 e 1970. Seguindo a intuição de Wilson Martins (1978, p.18), que considera a obra de Jorge Amado uma ‘atualização’ da obra de Inglês de Sousa e a estendendo a Jurandir, podemos dizer, sem medo de errar, que a obra de Dalcídio Jurandir é a ‘pós-história’ da obra de Inglês de Sousa. Pedro Maligo (1992), no seu estudo da obra jurandirana, ressalta várias vezes este diálogo entre a literatura regionalista de Jurandir e a da segunda metade do século XIX, principalmente na recuperação da intenção documentarista presente nesta última, só que “transformada por uma nova conscientização

sobre causas históricas”(Maligo, 1992, p.49). Esta ‘consciência’ não era outra senão aquela denominada anteriormente por Candido de “consciência do subdesenvolvimento”. Portanto, é na proposta de um estudo contrastivo entre a obra de Inglês de Sousa e Dalcídio Jurandir, que permitirá a atualização da *dialética matutice e civilidade*. Infelizmente, deixamos, nesta *inconclusão*, apenas o vislumbre desta nova perspectiva de construção da experiência histórica amazônica.

## Referências

- ACEVEDO MARIN, Rosa E. *A problemática urbano-rural*. (Notas da conferência do mesmo título na XIV Semana de Geografia), Belém, 1995.
- ACEVEDO MARIN, Rosa E. ; CHAVES, Ernani P. *Imagens de Belém, paradoxo da modernidade e cultura na Amazônia*. (Projeto de pesquisa), NAEA/UFPA, Belém, 1995.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Fragmentos Filosóficos. Trad. de Guido Antonio de Almeida., 2a. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.
- AVERLINO FILHO, George. Cordialidade e civilidade em *Raízes do Brasil*. *Revista Brasileira de Ciência Social*, São Paulo, n.12, p.5-14, 1990
- BASTOS, Antonio C. Tavares. *O Vale do Amazonas*. 3 ed. Rio de Janeiro/Brasília: Cia. Editora Nacional/INL, 1975.
- BATES, Henry W. *O Naturalista no rio Amazonas*. trad. Candido de Mello-Leite. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1944, 2 v.
- BENJAMIN, Walter. História da Literatura e Ciência da Literatura. trad. André Luís Resende. *Pasárgada*, Recife, vol.2, n.2/3, p.39-41, set. 1993. (original: *Gesammelte Schriften* III. Frankfurt a.m.: Suhrkamp, 1972, p.283-290).
- \_\_\_\_\_. *Paris, Capitale du XIXe Siècle*. Le Livre des Passages. trad. Jean Lacoste. Paris: CERF, 1989.
- \_\_\_\_\_. Sobre o conceito da História. In: \_\_\_\_\_ *Obras Escolhidas-I*. trad. Sérgio P. Rouanet. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (original: *Gesammelte Schriften* I-2. Frankfurt a.m.: Suhrkamp, 1974, p.693-704).
- \_\_\_\_\_. O Narrador. trad Modesto Carone. In: BENJAMIN, W. *et alli. Textos Escolhidos*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 57- 74.
- \_\_\_\_\_. Historia y Coleccionismo: Eduard Fuchs. In: \_\_\_\_\_ *Discursos Interrumpidos-I*. trad. Jesus Aguirre. Madrid: Taurus, 1982, p.89-135. (original: *Gesammelte Schriften* II-2. Frankfurt a.m.: Suhrkamp, 1977, p.465-505).
- \_\_\_\_\_. Questões introdutórias de crítica do conhecimento. In: \_\_\_\_\_ *Origem do Drama Barroco Alemão*. trad. Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 49-79.
- BOLLI, Willi. Grande Sertão: Cidades. *Revista USP*, São Paulo, n.24, p.80-93, 1994/95.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das “classes”. In: \_\_\_\_\_ *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, 1989, p.133-162.
- CANDIDO, Antonio. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A Educação pela Noite & outros ensaios*. 2. ed., São Paulo: Ática, 1989a.
- \_\_\_\_\_. Movimento e parada. In: \_\_\_\_\_ *Na Sala de Aula: Caderno de análise literária*. 3 ed. São Paulo, 1989b.
- \_\_\_\_\_. *Formação da Literatura Brasileira* (momento decisivos). 5ª. ed. São Paulo: Livraria Martins , 1975a, 2 v.
- \_\_\_\_\_. *Os Parceiros do Rio Bonito*. 3 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1975b.
- \_\_\_\_\_. A Passagem do Dois ao Três (Contribuição para o estudo das mediações na análise literária). *Revista de História*. São Paulo, vol. 50, n.100, p. 787-99, 1974a.

\_\_\_\_\_ A Personagem do Romance. In: \_\_\_\_\_ *et alli. A Personagem de Ficção*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1974b.

\_\_\_\_\_ *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

\_\_\_\_\_ Entre Campo e Cidade In: \_\_\_\_\_ *Tese e Antítese*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964, p.29-56.

CARDOSO, Ciro F. *Economia e Sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

COSTA, Francisco de A. *Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia*. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992.

ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*. trad. Ruy Jungmann. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ENGELS, Friedrich. As Grandes Cidades. In: \_\_\_\_\_ *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Lisboa/Brasil: Presença/Martins Fontes, 1975, p. 43-111.

EVANS-PRITCHARD, E.E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos; decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 8 ed. São Paulo: Record 1990.

\_\_\_\_\_ *Casa-grande & Senzala; formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

GABER, Klaus. Por que os herdeiros de Walter Benjamin ficaram ricos com o espólio? *Revista USP*, São Paulo, n.15, p. 8-18, set./out./nov. 1992.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: FAPESP/Perspectiva, 1994.

HAMELIN, Philippe. O fracasso anunciado. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia E. (orgs.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: MPEG, 1991, p.161-176.

HOBBSAWM, Eric J. Os resultados humanos da Revolução Industrial, 1750-1850 In: \_\_\_\_\_ *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983, p.74-89.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KANT, E. Resposta à Pergunta: Que é “Esclarecimento”? In: \_\_\_\_\_ *Textos Seletos*. Petrópolis: Vozes, 1985.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscência de Viagens e Permanência no Brasil (Províncias do Norte)*. trad. Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Livraria Martins, 1943

LEIBNIZ, Gottfried W. A Monadologia. trad. Marilena de S. Chauí. In: NEWTON, Isaac e LEIBNIZ, G. W. *Princípios matemáticos e outros textos*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.103-15.

LEITE, Ligia Chiappini M. *O foco narrativo*. 7 ed. São Paulo: Ática, 1994.

MACHADO DE ASSIS: UM DEBATE *Novos Estudos*, São Paulo, n.29, p.59-84, 1991

MALIGO, Pedro. Ruínas idílicas: a realidade amazônica de Dalcídio Jurandir. *Revista USP*, São Paulo, n.13, p.48-57, 1992.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix/USP, 1978, v.4.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política; livro primeiro (o processo de produção do Capital). trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: DIFEL, 1984. v.1

MARX, Karl, ENGELS, F. *A Ideologia Alemã* (I - Feuerbach). trad de José C. Bruni e Marco A. Nogueira. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. Manifesto do Partido Comunista. In: \_\_\_\_\_ *Obras Escolhidas*. Lisboa/Moscovo: "Avante!"/Progresso, 1982, vol. 1, p.106-36.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. Naturalismo. In: \_\_\_\_\_ *Prosa de Ficção: de 1870 a 1920*. 3a. ed. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/INL, 1973 (1a. ed. 1950).

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O Caboclo e o Bravo. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n.11, p.101-40, 1979.

QUEIROZ, M. Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, QUEDA, Oriowaldo (orgs.) *Vida Rural e Mudança Social* (leitura básicas de sociologia rural). 3 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979, p.160-176.

\_\_\_\_\_. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: \_\_\_\_\_ *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC/EDUSP, 1978, p.263-314.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. In: \_\_\_\_\_ *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens; Discurso sobre as Ciências e as Artes*. trad. Lourdes Santos Machado. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p.19-124. v.2.

SALLES, Vicente. Introdução. In: DOLZANI, Luiz. *História de um pescador*. Scenas da vida do Amazonas. 2a. ed. Belém: FCPT/SECULT, 1990, p.7-17

SCHWARZ, Roberto. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*: Machado de Assis. 2ª. ed. São Paulo: Duas Cidades. 1991b.

\_\_\_\_\_. Pressuposto; Salvo Engano de "Dialética da Malandragem". In: \_\_\_\_\_ *Que Horas São?* Ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.129-55.

SILVA, Francisco Carlos T. da. Conquista e colonização na América Portuguesa. In: LINHARES, M. Yedda L. (org.) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.15-68.

SOUSA, Herculano Marcos Inglês de. *História de um pescador*. Scenas da vida do Amazonas. 2a. ed. Belém: FCPT/SECULT, 1990.

\_\_\_\_\_. *O Cacauleta*. Belém: UFPA, 1973.

\_\_\_\_\_. *O Coronel Sangrando*. Belém: UFPA, 1968.

\_\_\_\_\_. *O Missionário*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

\_\_\_\_\_. *Contos Amazônicos*. 2 ed. Rio de Janeiro/Brasília: Presença/INL, 1988

THOMPSON, E. P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_ *Tradición, revuelta y consciencia de clase - estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. 3 ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

VERISSÍMO, José. Do Pará a Óbidos. In: \_\_\_\_\_ *Estudos Amazônicos*. Belém: UFPA, 1970.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza. História comum, tempos diferentes. In: D'INCAO, M. Angela; SILVEIRA, Isolda M. (orgs.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPMG, 1994, p.199-206.

WEBER, Max. *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. Irene e Tamás Szmrecsányi. São Paulo: Liv. Pioneira Ed., 1967.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade; na história e na literatura*. trad. Paulo H. Britto. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_ *Marxismo e Literatura*. trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.